



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
1ª Vara Federal de Bagé

Rua Bento Gonçalves, 455-D - Bairro: Centro - CEP: 96400-201 - Fone: (53)3240-4000 - www.jfrs.jus.br - Email: rsbag01@jfrs.jus.br

PROCEDIMENTO COMUM Nº 5000139-27.2020.4.04.7109/RS

AUTOR: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/RS

RÉU: MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela de urgência para que "seja suspenso o andamento do concurso público pelo Município, apenas no que se refere ao cargo de Engenheiro, nas diversas especialidades, e Arquiteto, até decisão final ou até que o Município promova a reificação do edital fixando a remuneração de acordo com o piso previsto nas Leis n.os 5.194/1966 e 4.950-A/1966". (grifos no original)

Os Autores (CREA/RS e CAU/RS) alegam, em suma, que a remuneração de R\$ 1.389,69 por 20 horas/semanais trabalhadas, oferecida pelo Réu para os cargos de Engenharia e Arquitetura, no concurso público regido pelo Edital 01/2019, cujas provas estão previstas para os dias 08 e 09/02/2020, é "irrisória e desproporcional não só com os requisitos da investidura, mas também com a natureza, complexidade e, sobretudo, grau de responsabilidade do cargo, afigurando-se manifestamente inconstitucional, nulo, ineficaz e, portanto, inábil a produzir qualquer efeito." Sustentam que o Edital afronta o art. 39 da Constituição Federal e as Leis n.º 5.194/1966 e n.º 4.950-A/1966, que dispõem sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia e Arquitetura.

Juntaram documentos. Atribuíram à causa o valor de R\$ 1.000,00. Geraram guia de custas iniciais.

Vieram os autos conclusos.

Decido.

Inicialmente, reifique-se o polo ativo, incluindo o CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL - CAU/RS.

Na esteira do que fora decidido no Agravo de Instrumento nº 5053761- 42.2019.4.04.0000, interposto contra decisão que indeferiu o pedido de suspensão do mesmo concurso público (Edital 01/2019), porém para o cargo de médico na cidade de Bagé/RS, nos autos da ação nº 5002622-64.2019.4.04.7109, tenho que o pedido antecipatório deve ser deferido.

A Constituição prevê, em seu artigo 22, inciso XVI, que compete privativamente à União legislar sobre as condições para o exercício de profissões.

Sobre o tema, as Leis n.º 5.194/1966 e n.º 4.950-A/1966, de âmbito nacional, dispõem acerca da remuneração mínima dos engenheiros e arquitetos, em seus artigos 82 e 5º, respectivamente, verbis:

Lei n.º 5.194/1966

Art. 82. As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o salário-mínimo da respectiva região.

Lei n.º 4.950-A/1966

Art. 5º. Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º

As leis não fazem qualquer distinção entre os profissionais que trabalham na iniciativa privada e aqueles que possuem vínculo com a Administração Pública.

Logo, vislumbra-se que o edital do concurso fugitivo, ao estabelecer remuneração de R\$ 1.389,69, para 20 horas semanais de trabalho para os cargos de engenheiros e arquitetos, não observa a remuneração mínima prevista na legislação pertinente.

É verdade que, nos termos da Constituição e da Súmula Vinculante n.º 4 do Supremo Tribunal Federal, salvo nos casos previstos na Carta Magna, o salário mínimo não pode ser usado como indexador ou base de cálculo de vantagem de servidor público ou empregado, tampouco ser substituído por decisão judicial.

A fim de contemporizar tal vedação com as previsões legislativas prévias ao Texto Constitucional, o Plenário do STF, por ocasião do julgamento da ADPF n.º 151, assim decidiu:

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Direito do Trabalho. Art. 16 da Lei 7.394/1985. Piso salarial dos técnicos em radiologia. Adicional de insubridade. Vinculação ao salário mínimo. Súmula Vinculante 4. Impossibilidade de fixação de piso salarial com base em múltiplos do salário mínimo. Precedentes: AI-Agr 357-477; Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 14.10.2005; o AI-Agr 524-020, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 15.10.2010; e o AI-Agr 277-835, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJe 26.2.2010. 2. Ilegitimidade da norma. Nova base de cálculo. Impossibilidade de fixação pelo Poder Judiciário. Precedente: RE 365.714, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 7.11.2008. Necessidade de manutenção dos critérios estabelecidos. O art. 16 da Lei 7.394/1985 deve ser declarado ilegítimo, por não recepção, mas os critérios estabelecidos pela referida lei devem continuar sendo aplicados, até que sobrevenha norma que fixe nova base de cálculo, seja lei federal, editada pelo Congresso Nacional, sejam convenções ou acordos coletivos de trabalho, ou, ainda, lei estadual, editada conforme delegação prevista na Lei Complementar 103/2000. 3. Congelamento da base de cálculo em questão, para que seja calculada de acordo com o valor de dois salários mínimos vigentes na data do trânsito em julgado desta decisão, de modo a desindexar o salário mínimo. Solução que, a um só tempo, repete do ordenamento jurídico lei incompatível com a Constituição atual, não deixe um vácuo legislativo que acabaria por eliminar direitos dos trabalhadores, mas também não esvazia o conteúdo da decisão proferida por este Supremo Tribunal Federal. 4. Medida cautelar deferida. (ADPF 151 MC, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 02/02/2011, DJe-084 DIVULG 05-05-2011 PUBLIC 06-05-2011 EMENT VOL-02516-01 PP-00001 RTJ VOL-00219- PP-00065 RSJADV jun., 2011, p. 42-54) (grifei)

Ademais, dispondo igualmente que, para o provimento de cargos públicos, é obrigatória a observância do piso salarial da categoria profissional, são os precedentes do egrégio TRF4:

MANDADO DE SEGURANÇA. REMESSA OFICIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TÉCNICO EM RADIOLOGIA. SERVIDOR MUNICIPAL. REMUNERAÇÃO. LEI FEDERAL. ADPF 151. LC 103/00. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO, POR LEI ESTADUAL, DE PISO SALARIAL EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. 1. Sujeta-se ao duplo grau de jurisdição necessário a sentença proferida que conceda a segurança requerida, ainda que parcial, nos termos do art. 14, §1º, da Lei 12.016/09. Não se aplica, pois, a disposição geral contida no Código de Processo Civil eis que a Lei 12.016/09 prevalece diante de sua especialidade. 2. Fazendo uso da competência prevista no art. 22, XVI, da Constituição Federal, a União editou a Lei Federal nº 7.394/85, que regula a profissão de Técnico em Radiologia, estabelecendo, em seu artigo 16, a remuneração mínima devida à classe. 3. Segundo entendimento albergado por esta Corte, a remuneração mínima prevista pela mencionada lei deve ser observada, ainda que se trate de cargo público. 4. A vinculação da remuneração mínima do Técnico em Radiologia ao salário mínimo, prevista na Lei nº 7.394/85, que regula o exercício da profissão, restou temperada pela decisão proferida na ADPF nº 151/DF, considerando a flagrante ilegitimidade de tal critério, em confronto com a impossibilidade de fixação da remuneração pelo Poder Judiciário. 5. A Lei Complementar 103/00, que, na forma do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal autorizou os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que alude o art. 7º, V, da Lei Maior, estabelece de forma expressa que tal autorização não poderá ser exercida "em relação à remuneração de servidores públicos municipais". 6. Dessa forma, adota-se como base de cálculo para a fixação da remuneração devida ao técnico em radiologia ocupante do cargo público municipal aqui discutido o valor do salário mínimo nacional vigente à época do trânsito em julgado da ADPF 151, o qual foi fixado pela Lei 12.382/11 em R\$ 545,00. (TRF4 5003757-70.2017.4.04.7016, TERCEIRA TURMA, Relatora VÂNIA HACK DE ALMEIDA, juntado aos autos em 16/10/2018)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. CONCURSO PÚBLICO. SERVIDOR MUNICIPAL. TÉCNICO EM RADIOLOGIA. LEI 7.394/85. PISO SALARIAL. REMUNERAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. 1. Fazendo uso da competência prevista no art. 22, XVI, da Constituição Federal, a União editou a Lei Federal nº 7.394/85, que regula a profissão de Técnico em Radiologia, estabelecendo, em seu artigo 16, a remuneração mínima devida à classe. 2. Segundo entendimento albergado por esta Corte, a remuneração mínima prevista pela mencionada lei deve ser observada, ainda que se trate de cargo público. 3. De ser ressaltado ainda que o Supremo Tribunal Federal, ao analisar o artigo 16 da Lei 7.394/85, que trata da remuneração mínima devida à classe, declarou sua ilegitimidade por vincular o piso salarial da categoria ao salário mínimo, tendo, contudo, fixado o entendimento de que a base de cálculo em questão deveria ser congelada e permanecer sendo utilizada até a edição de nova lei estadual ou federal dispondo acerca do tema, de modo a não criar um vácuo legislativo que eliminaria direitos dos trabalhadores (ADPF 151 MC, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 02/02/2011). (TRF4, AC 5000313-34.2018.4.04.7003, TERCEIRA TURMA, Relatora MARGA INGE BARTH TESSLER, juntado aos autos em 01/08/2018)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. CONCURSO PÚBLICO. TÉCNICO EM RADIOLOGIA. REMUNERAÇÃO INFERIOR AO PISO SALARIAL DA CATEGORIA. IMPOSSIBILIDADE. LEI Nº 7.394/85. ADPF Nº 151. RETIFICAÇÃO DO EDITAL. - A controvérsia existente sobre a legalidade do art. 16 da Lei nº 7.394/1985, que vincula a remuneração dos técnicos em radiologia ao salário mínimo, foi dirimida pelo Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADPF 151, que decidiu pela manutenção dos critérios estabelecidos na referida legislação até que sobrevenha norma que fixe nova base de cálculo. - O fato de o trabalho de técnico em radiologia ser prestado em virtude do exercício de cargo público não afasta a remuneração prevista na lei. (TRF4 5001279-92.2017.4.04.7015, TERCEIRA TURMA, Relator ROGERIO FAVRETO, juntado aos autos em 16/11/2017)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS PATAMARES REMUNERATÓRIOS E DA JORNADA DE TRABALHO ESTABELECIDOS EM LEI FEDERAL (Nº 7.394/85). - A jurisprudência é firme no sentido de que compete à União legislar privativamente sobre as condições para o exercício profissional (artigo 22, inciso XVI, da Constituição Federal). - No provimento de cargos públicos, é obrigatória a observância do piso salarial da categoria profissional e o limite máximo da jornada de trabalho, estabelecidos por lei federal. - O fato de o trabalho de técnico em radiologia ser prestado em virtude do exercício de cargo público não afasta a remuneração prevista na Lei n.º 7.394. (TRF4 5006360-38.2015.4.04.7000, QUARTA TURMA, Relatora VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, juntado aos autos em 15/07/2017)

Desse modo, nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, demonstrados, em sede de cognição sumária, a probabilidade do direito invocado, bem como o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, tendo em vista a proximidade da data das provas, cabível o acolhimento do pleito antecipatório.

Ante o exposto, **defiro o pedido de tutela de urgência** para que seja suspenso o andamento do concurso público pelo Município de Bagé, apenas no que se refere aos cargos representados no Edital n.º 01/2019 pelos **códigos 3 (arquiteto) e 11 e 17 (engenheiros)**, até decisão final ou até que o Município promova a reificação do edital fixando a remuneração de acordo com o piso previsto nas Leis n.º 5.194/1966 e n.º 4.950-A/1966.

Considerando a urgência da liminar ora deferida, e sem prejuízo da intimação via e-proc, **expeça-se mandado de intimação ao Município de Bagé**, de forma a evitar prejuízo à parte, dado o lapso existente para a efetivação de intimações por meio do processo eletrônico.

Intimem-se os autores.

Cite-se o Município de Bagé para apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias.

Da contestação, dê-se vista aos autores para réplica no prazo de 30 (trinta) dias.

Nada mais sendo requerido, venham os autos conclusos para sentença, pois se trata de matéria eminentemente de direito.

Documento eletrônico assinado por **DENISE DIAS DE CASTRO BINS SCHWANCK, Juíza Federal na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710010241648v11** e do código CRC **afa034cc**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DENISE DIAS DE CASTRO BINS SCHWANCK
Data e Hora: 31/1/2020, às 17:35:51

5000139-27.2020.4.04.7109

710010241648.V11



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
1ª Vara Federal de Bagé

5000139-27.2020.4.04.7109

710010241648.V11